



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ

Ane Carolina Chimanski¹

Emerson Luís Velozo²

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo apresentar discussões sobre políticas de formação continuada para professores(as) no Estado do Paraná, por meio das Equipes Multidisciplinares e instâncias colegiadas que abordam conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As Equipes foram institucionalizadas como resultado da Lei Federal Nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003 (BRASIL, 2003), e efetivadas por meio da Instrução 017/2006, (PARANÁ, 2006) e Resolução Estadual Nº 3.399/2010 de 05/08/2010 (PARANÁ, 2010). Com resolução própria, as Equipes Multidisciplinares se constituem por meio de grupos de estudos entre professores(as) para efetivação das normativas e práticas curriculares para educação das relações étnico-raciais na educação.

As políticas para redução da desigualdade racial no Brasil são recentes e sofrem profundos ataques, acentuando o caráter estrutural e sistêmico que configura a fragilidade de seu enfrentamento. O pouco investimento na formação de professores demonstra, muitas vezes, a falta de preparo dos profissionais para enfrentar a problemática. Apesar dos avanços e retrocessos das últimas décadas, muito ainda precisa ser feito para superar esse cenário, “será necessário incentivar a diversidade cidadã; combater a desigualdade e intolerância social, cultural e religiosa; ampliar projetos educacionais” (SCHWARCZ, 2019, p. 236). A história da educação demonstra que, não

¹ Mestre em Desenvolvimento Comunitário. Professora pedagoga da rede estadual de ensino do Paraná, Curitiba, PR. E-mail: ane.chimanski@escola.pr.gov.br

² Doutor em Educação. Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual do Centro Oeste, Campus Irati, PR. E-mail:emersonvelozo@yahoo.com.br



recebemos formação necessária para reconhecer o negro para além da escravidão, nem mesmo, levados a reconhecer a importância da influência desse povo para formação de nossa cultura (DANTAS; MATTOS; ABREU; 2012).

Com a intenção de entender como a política de formação de professores se concretiza no Paraná, por meio da Equipe Multidisciplinar, utilizamos como metodologia, a observação participante, que buscou compreender e explicar os significados atribuídos pelos participantes em relação aos marcos regulatórios relacionados aos aspectos da história e cultura Afro-Brasileira e Africana. Essa metodologia propõe a reflexão a partir dos dados, considerando a teia de significados que o homem constrói e nela se insere, Geertz (2008). Também foram utilizados questionários e entrevistas estruturadas e semiestruturadas buscando uma aproximação mais abrangente das percepções pois, “os pesquisados se sentem mais livres para exprimir opiniões que temem ser desaprovadas ou que poderiam colocá-los em dificuldades” (GOLDENBERG, 2004, p. 87), e permite ao pesquisador coletar mais elementos para análise. Em 2018, ano da realização da pesquisa, a Equipe Multidisciplinar era composta por 18 participantes, 7 deles responderam aos questionários e participaram da entrevista, que considerou como critério, a participação de um representante por área de conhecimento: Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Matemática, Linguagens e Matemática e nível de participação nos encontros.

O desenvolvimento da pesquisa respeitou os preceitos éticos que envolvem os atores pesquisados: a boa convivência, o respeito às suas identidades, suas opiniões, a fidelidade e veracidade dos dados e fatos apresentados. Instrumentos próprios que permitem o respeito aos preceitos éticos foram utilizados para garantir a lisura do trabalho investigativo.

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR: ESPAÇO DE DIÁLOGO, DISCUSSÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A instrução normativa que institui as Equipe Multidisciplinares no Paraná também define que, para cada ano de formação, um tema deve ser pauta das

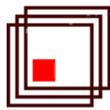


discussões. Em 2014 o tema discutido foi, *Diálogo dos textos legais e históricos nos contextos da realidade da escola*; em 2015, *Diálogos e reflexões para práticas pedagógicas efetivas na educação das relações étnico-raciais*; em 2016, *Currículo: reconhecimento e valorização étnico-racial*; em 2017, *A beleza, a riqueza e a resistência dos povos Africanos, Afro-brasileiros e Indígenas*; e em 2018, *Currículo, Mídia e Relações Étnico-Raciais–desnaturalizar representações naturalizadas*. Esses temas permitiram a aproximação dos membros da Equipe com as questões étnico-raciais e a reflexão sobre o desenvolvimento de ações para incluir o conteúdo nas propostas pedagógicas de maneira interdisciplinar.

Todo processo de formação das Equipes Multidisciplinares deve incluir a elaboração de um plano de ação para a instituição, onde os participantes precisam estabelecer atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo. Ao concluir os trabalhos, a equipe é responsável por organizar um memorial descrevendo suas ações, que ficam disponíveis no portal da Secretaria de Estado da Educação para que todos tenham conhecimento das atividades desenvolvidas.

As reuniões para estudo aconteceram, por meio de leitura de textos, análise de vídeos e discussões em grupo, os quais abordavam apontamentos do ponto de vista dos agentes negros e indígenas que relatavam sua história, costumes e resistência para garantir a preservação de sua cultura e direitos. Em muitos momentos percebemos a ausência de um estudo aprofundado que permitisse a discussão e o questionamento da naturalização de conceitos importantes sobre preconceito, racismo e identidade negra, e como esses conceitos foram construídos ao longo do tempo.

Durante as entrevistas, ao serem perguntados se conheciam a Lei N. 10.639 (BRASIL, 2003), apenas um dos participantes relatou que se tratava da inclusão do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares. Todos afirmaram que o Projeto Político Pedagógico da escola contempla a temática em seu marco conceitual e operacional, que desenvolvem discussões sobre a cultura Afro-Brasileira e Africana juntos aos conteúdos



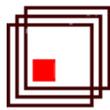
disciplinares (História da África, História do Brasil, Porcentagem e Genética) e por meio de oficinas interdisciplinares.

No que diz respeito à formação continuada sobre a cultura e história afro-brasileira e africana, os participantes foram questionados se já haviam participado de alguma formação que abordasse a temática. Dos 7 participantes, um deles descreveu ter participado de uma formação ofertada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Paraná, a qual teve a presença de um pedagogo indígena e um advogado do quilombo da região, o que permite concluir que além das formações ofertadas pela mantenedora, haviam outros momentos formativos oportunizado por outras instituições, mas que não foram vivenciados por todos os profissionais da educação.

A atuação das Equipes Multidisciplinares das escolas do Paraná, garante um espaço de reflexão, discussão e preparo de professores(as) para compreender a diversidade racial presente nas escolas públicas do estado, e principalmente, contribuir para a valorização da nossa história, nossas origens e para o combate ao preconceito. No entanto, precisa ser aprimorada para permitir o aprofundamento dos estudos e incentivo a práticas educativas inclusivas e valorativas.

CONCLUSÃO

O trabalho de formação continuada de professores permite um contato mais próximo com a realidade e com as experiências vivenciadas pela população negra e a discussão sobre o processo histórico de escravização no Brasil. A formação continuada de professores por meio da Equipe Multidisciplinar, trouxe artigos importantes sobre o tema, mas ainda não suficientes para promover uma discussão mais aprofundada sobre a história do negro e sua participação no cenário brasileiro. Existe a necessidade de se aprofundar estudos que demonstrem as consequências da abolição de negros escravizados sem nenhuma política compensatória adequada, que os colocou à margem da vida



social e contribuiu para sua escravização moral a partir de 1888, resultando nos altos índices de violência e pobreza.

As Equipes Multidisciplinares no estado do Paraná se apresentam como um avanço em relação ao que prevê a legislação e têm como objetivo, diminuir a desigualdade ao passo que promove a inclusão social e racial por meio da educação básica.

Muito ainda precisa ser feito para efetivação de uma educação inclusiva e pluriétnica. Nesse cenário, a qualidade da educação e a perspectiva antirracista dependem do preparo dos professores e professoras e de seu envolvimento no entendimento de que os preceitos legais instituídos por si só, não são capazes de assegurar a superação da hegemonia herdada, que interdita direitos e promove opressão e violência evidenciada diariamente frente a negros e negras brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 27 de dezembro de 2022.

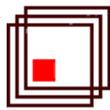
_____. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro Brasileira" e outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

DANTAS, C. V.; MATTOS, H. ABREU, M. **O negro no Brasil.** Trajetórias e lutas em dez aulas de história. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8º ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PARANÁ. **Instrução Normativa Nº 017/2006.** Educação das Relações Étnico Raciais. 2006. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao172006.pdf> . Acesso em 27 de dezembro de 2022.



_____. **Resolução Nº 3.399/2010**. Equipes Multidisciplinares. 2010.
Disponível
em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao_resolucao_3392010_gsseed.pdf. Acesso em 27 de dezembro de 2022.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo Brasileiro**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.